

Crónica régia de Damião de Gois e o Cerimonial na Corte de D. Manuel I

Damião de Gois Royal chronicle and the Ceremonial in the Court of D. Manuel I

Sandra Russo Morais¹
Doctoranda en Universidad Aberta
srusso.morais@gmail.com

Recepción: 29/11/2024 Revisión: 27/12/2024 Aceptación: 27/12/2024 Publicación: 30/12/2024

DOI: <https://doi.org/10.5944/eeii.vol.11.n.21.2024.43540>

Resumen

O final do Séc. XV e o início dos Séc. XVI, foi uma época de grandes mudanças na Europa e também em Portugal. O fim da época medieval, era iminente e o reinado de D. Manuel I, no seguimento das diretrizes emanadas por D. João II, viria a personificar a modernização. Esse processo, foi visível em todas as áreas estratégicas do reino como as políticas económicas, administrativas, sociais e culturais. D. Manuel foi um grande impulsionador da evolução cultural, dando ordens para que houvesse registo da documentação e que nos permite, atualmente, ter um testemunho histórico de valor incalculável.

A Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel de Damião de Gois e o cerimonial na corte de D. Manuel I, serão o objeto de análise deste artigo, no período entre 1495 e 1521, que foi o seu reinado.

A escolha da régia de Damião de Gois, recai pelo facto de ser um dos principais cronistas que se dedicou a escrever sobre D. Manuel I e os feitos do seu reinado. Esta obra foi escrita a

¹ Estudiante de doctorado en Historia, en la Especialidad - Representaciones, Poderes y Prácticas Culturales, en la Universidade Aberta de Lisboa. Licenciada en Investigación Social Aplicada por la Universidade Moderna de Lisboa, Postgrado en Imagem, Protocolo e Organização de Eventos por la Universidade Europeia de Lisboa, Master Experto en Protocolo, por la Esneca Business School de Madrid. Magíster en Protocolo Diplomático Internacional, con Certificado Universitario Internacional de la Universidad Católica de Cuyo, Argentina. Miembro de la Sociedad de Estudios Institucionales. Académica Correspondiente de la Academia Internacional de Protocolo y Ceremonial.

pedido do Cardeal D. Henrique, filho do monarca. As crónicas, são memórias históricas, que podem abrir novas perspectivas sobre o cerimonial enquanto uma forma de legitimação do poder real. Além da análise desta obra, para este artigo, procedemos a uma revisão bibliográfica, sobre este tema, dando ainda ênfase a estudos referentes à vida de D. Manuel I, enquanto monarca absolutista.

Palabras claves: D. Manuel I, Cerimonial, Poder Real, Símbolos

Abstract

The late 15th and early 16th centuries marked a transformative era in Europe, particularly in Portugal, as the medieval period drew to a close. Under the reign of King D. Manuel I, who ascended the throne following D. João II, Portugal experienced significant modernization across various domains, including economic, administrative, social, and cultural policies. D. Manuel I emerged as a pivotal figure in promoting cultural evolution, commissioning documentation that has provided invaluable historical insights.

A Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel, by Damião de Gois, and the ceremonial at the court of D. Manuel I will be the focus of analysis in this article, covering the period from 1495 to 1521, which was his reign. The choice of Damião de Gois's chronicle is because he was one of the main chroniclers dedicated to writing about D. Manuel I and the deeds of his reign. This work was written at the request of Cardinal D. Henrique, the monarch's son.

The chronicles serve as historical records that can open new perspectives on ceremonial practices as a means of legitimating royal power in a court of luxury and opulence. In addition to analysing this work, this article involves a literature review on the subject, with a particular emphasis on studies regarding the life of D. Manuel I as an absolutist monarch.

Keywords: D. Manuel I, Ceremonial, Real Power, Symbols

SUMARIO

1. Introdução

1.1. O Rei e o Reino

1.2. Crónica *A Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel*

1.3. Cerimonial

2. Desenvolvimento

2.1. Entronização

2.2. Trasladação régia

2.3. Matrimónios

2.4. Embaixadas

2.5. Entradas nas Cidades

3. Conclusões

4. Bibliografia

1. INTRODUCCIÓN

1.1. O Rei e o Reino

A vida de D. Manuel foi rica enquanto homem e monarca. Nascido em maio de 1469, Filho de D. Fernando (irmão do rei D. Afonso V) e de D. Beatriz, era também neto de D. Duarte. Embora descendente da família real, não havia expectativa de que algum dia viesse a ascender ao trono. Ainda que não tivesse sido jurado herdeiro, após várias mortes na família, que culminaram com a morte de D. Afonso, herdeiro de D. João II, veio, contudo, a suceder-lhe.

D. Manuel, antes de suceder a D. João II, herdou depois da morte de D. Fernando, seu pai em 1477, e de D. Diogo, que por ter conspirado contra o rei D. João II, foi por si morto em 1484, os ducados de Viseu e Beja, assim como o mestrado da Ordem de Cristo. Como menciona M. Sousa “foi agraciado Ducado de Beja, com as terras de Viseu, Covilhã e Vila Viçosa, com o governo mestrado da Ordem de Cristo, Condestável do Reino e fronteiro-mor de entre Tejo e Guadiana”.

Com estes jogos políticos, no corte, D. Manuel soube manter a discrição, com um comportamento quase de submissão, o que agradaria a D. João II. D. Manuel mantinha os seus ducados de Viseu e Beja, que lhe rendiam avultados lucros, permitindo-lhe ter uma vida com riqueza, que partilhava com os seus fiéis servidores e também um crescimento do interesse pela cultura e pelas artes na corte dos seus ducados.

Mas em 1491, a morte de D. Afonso, herdeiro de D. João II, veio trazer à discussão, a sucessão do reino. Se D. João II pretendia nomear D. Jorge, seu filho ilegítimo, como seu sucessor, não tinha a concordância da rainha D. Leonor, pelo que demonstrou o seu apoio a D. Manuel, seu irmão. Após a morte de D. João II, foi aclamado rei em Alcácer do Sal, em 1495, convocando as Cortes de Montemor-o-Novo, nesse mesmo ano, com o objetivo de ser empossado rei e de legitimar a sua realeza.

Corria o ano de 1497, depois de cumpridas as exigências de D. Isabel de Castela, viúva de D. Afonso, realiza-se o casamento com D. Manuel I. Segundo, vários autores, um dos pontos negativos deste reinado, foi a expulsão dos mouros e dos judeus, em 1496, a pedido da real noiva, processo que representou o oposto do que tinha sido apanágio no seu reinado em que “estabeleceu uma política de ampla tolerância em relação aos judeus, concedendo a liberdade aos que o seu antecessor mantivera na situação de escravos por serem oriundos de Castela” (Serrão, 1978).

Sabendo o impacto que a saída do povo judeu iria causar na economia, uma vez que as grandes riquezas correriam o risco de saírem do reino, D. Manuel I, tomou medidas para que os que quisessem permanecer no reino, se convertessem ao cristianismo.

Após o falecimento de D. Isabel, com o intuito de manter a paz nos reinos da Península Ibérica, casou com a infanta D. Maria, sua cunhada e que anteriormente os reis de Castela tinham proposto para casar com o soberano. D. Maria tornou-se mãe da sua numerosa descendência, que educou de acordo com os padrões da época. Segundo Benevides, o período do casamento com D. Maria foi considerado o mais “brilhante do feliz reinado de D. Manuel I”. Dezassete anos depois voltou a ficar viúvo, e decorrido o período de recolhimento e após negociações com o imperador Carlos V, casa em 1519, com D. Leonor da Áustria, prometida do seu filho e herdeiro o príncipe D. João. Este matrimónio foi breve, uma vez que D. Manuel viria a falecer em 1521, no Paço da Ribeira em Lisboa.

Em termos políticos, manteve a visão expansionista de D. João II, tendo o apogeu da expansão marítima, lugar no seu reinado. Foi um rei que permitiu a expansão do império, onde através das suas relações diplomáticas alargava a sua rede de fortalezas até à distante China. As novas rotas comerciais marítimas permitiam assim, uma riqueza do reino e consequentemente da corte e do poder real. Lisboa, a capital, passa a ser uma porta aberta ao Mundo Novo, em que se cruzavam pessoas e bens vindos de todos os pontos do globo. Como refere Damião de Gois, Lisboa é *Rainha dos Oceanos, que reivindica para si o domínio sobre aquela parte do Oceano que, desde a embocadura do Tejo, envolve num imenso circuito marítimo a África e Ásia* (Gois, 1554, p. 27). D. Manuel, gostava de Lisboa e quando as condições sanitárias permitiam, segundo Costa (Costa, 2005) ali passava grandes temporadas. Deu, por isso, ordens para que fossem realizadas diversas melhorias estruturais na cidade, ressaltando-se o alargamento do porto, a criação de organismos que procedessem à fiscalização das atividades comerciais e a própria organização da cidade foi melhorada. Lisboa, afinal, passou a ser um centro urbano moderno. Mandou ainda que fosse edificado um novo Paço, junto dos edifícios e respetivas estruturas de administração central, como era o caso da Casa da Índia, da Alfandega, entre outros. Lisboa, era por isso o local onde chegavam, dos territórios ultramarinos, mercadorias diversas, como por exemplo, vários tipos de especiarias, sedas, pedras preciosas, ouro e prata trabalhados em peças, âmbar e almíscar, assim como o açúcar e o trigo, que eram descarregados, vindos da Madeira.

Importa ainda mencionar que D. Manuel I, foi responsável por profundas mudanças administrativas alvitadas pela Coroa e conhecidas como a Reforma Manuelina. Esse processo representou um profundo trabalho no âmbito legislativo, normativo e administrativo. A título de exemplo, referimos as Ordenações Manuelinas ou os Estatutos Universitários, de 1503, que são a mostra do envolvimento real para que fosse possível uma reforma e modernização da Universidade de Lisboa.

Se por um lado, foi um rei, que se manteve longe de conflitos bélicos, os seus feitos foram conhecidos na Europa e por todo o mundo, tendo sido o primeiro monarca a usar o título de “Rei de Portugal e dos Algarves de Aquém e Além-Mar, Senhor da Guiné e da Conquistas, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”.

1.2. Crónica Régia a Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel

Concluída em 1566, a *Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel*, escrita por Damião de Gois, historiador e diplomata com grande formação humanista. Após ter sido criado na corte de D. Manuel I e após a sua morte, Damião de Gois serviu o reino como diplomata, as suas missões permitiram-lhe privar com grandes nomes da cultura da época, como Erasmo de Roterdão, que se torna seu mentor. Apesar de ter uma visão intimista, da corte, uma vez que a vivenciou, na sua crónica régia manuelina exaltou não só o monarca, mas também os descobrimentos e feitos, de protagonistas como Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, entre outros. Esta obra, veio a revelar-se um trabalho historiográfico de distinto rigor. Importa referir que a primeira edição, como Damião de Gois refere no prologo da mesma se regeu pela verdade dos factos, veio a criar-lhe alguns problemas com as famílias nobres do reino, que não se viam retratadas como pretendiam. A segunda edição da obra, quando foi reimpressa, surgiu com bastantes alterações, “impondo os interesses privados ao respeito que era devido à função imparcial do cronista” (Serrão, 1972).

Damião de Góis, anos depois da morte de D. Manuel I, com apoio nos documentos que teve oportunidade de consultar na Torre do Tombo, explanou com detalhe, uma análise psicológica e de rigor do monarca, sem deixar de apontar situações menos abonatórias, para o reino e para a nobreza, numa crítica aberta, ao que ali se passava.

Mas debrucemo-nos, sobre o cerimonial da corte manuelina, que Damião de Góis, conhecia e considerava de luxo e fausto. O Cronista alude em vários capítulos da sua Crónica, ao fausto perdulário da corte, como eram o caso das refeições públicas, as entradas nas cidades, as armadas, os seus passeios públicos, entre outros.

1.3. Cerimonial

O cerimonial que vamos desmistificar, através da análise da Crónica de Damião de Gois, permitir-nos-á aceder à forma de como era usado para demonstração do poder régio. Coloca-se a necessidade de termos uma perspetiva histórica. Se observamos a etimologia da palavra, provém de latim *caerimonialis*, que era respeitante a ritos religiosos e que deu origem à palavra caeromonía. Para efeito deste estudo considerámos a definição de cerimonial como *conjunto de formalidades presentes em qualquer evento publico ou privado* (Fernandes C. F., 2016, pp. 18-19), que entre as várias existentes, nos define de uma forma sucinta o derradeiro objetivo do Cerimonial. Na corte, a forma como se organizavam as cerimónias, de acordo com usos e costumes da época, valores da sociedade e à luz dos ideais do monarca. Estas cerimónias tinham como objetivo proporcionar a todos os participantes uma visão alargada do poder real através da comunicação, na sua forma verbal e não-verbal, das normas/regras do cerimonial que vigorava na corte.

Cabia ao cronista, dar nota da realidade da corte e da imagem régia, como se fosse uma legitimação do poder real. Seria, portanto, uma forma de aclamar as vitórias e honras tidas

em nome do rei, criando uma imagem de união na corte em torno do rei e de glorificação do mesmo.

Manuel I foi considerado um rei cortesão que marcou a vida e a sua corte, por uma visão distinta e que colocou o seu reino numa dimensão europeia. Segundo o historiador Damião de Gois, D. Manuel I destacou-se do seu predecessor, D. João II, que tinha uma maior proximidade com os seus súbditos. Em contraste, D. Manuel I elevou o seu papel na corte, uma vez que era difícil transpor para fora dos palácios todo o aparato da corte. As procissões reais organizadas, durante o reinado de D. Manuel I, eram grandiosas, não podendo ser consideradas meros espetáculos, eram uma expressão do cerimonial da corte que exaltava o poder régio e a hierarquia social.

2. DESARROLLO

A *Chronica do felicissimo rei Dom Emanuel*, como referido anteriormente, é um documento de grande rigor histórico e nos permite aceder a inúmeros factos sobre o reino e reinado de D. Manuel I. Em termos de cerimónias que se realizaram, no seu reinado, fomos com um número suficiente para novas investigações. Assim, iremos mencionar, neste artigo, as que considerámos mais importantes.

2.1. Entronização

A cerimónia de entronização dos reis em Portugal era conhecida por “Alevantamento”. Até ao final da dinastia Avis, esta cerimónia realizava-se no local onde o novo rei recebia a notícia da morte do seu predecessor. Podemos afirmar que, no caso de D. Manuel I, foi uma cerimónia simples e até mesmo improvisada, pouco formal. No dia seguinte, a receber a notícia da morte de D. João II, D. Manuel foi elevado e jurado rei, pela rainha, sua irmã, pelos Senhores e nobres que se encontravam na cidade de Alcácer do Sal em 1495. Como descreveu Gois no Capítulo ij. “De como Dom Manuel foi alevantado e jurado por Rei, e do que logo escreveu aos estados do Reino, e outras cousas que ordenou” (Gois, 1566). Depois desta breve cerimónia, o novo rei enviou cartas às cidades para que fossem mantidos os costumes, até que novas instruções. Outra decisão que D. Manuel I tomou, quase imediatamente, foi a convocatória das Cortes de Montemor-o-Novo, com o objetivo de confirmar a sua realeza. Não podemos esquecer que, D. Manuel foi um rei que não descendeu diretamente do seu antecessor, mas antes rei pelas vicissitudes que aconteceram a toda a sua família.

2.2. Trasladação régia

Em outubro de 1499, quatro anos após a morte de acordo e com os desejos de D. João II, D. Manuel I ordenou a trasladação dos restos mortais do seu antecessor. D. Manuel I, no seu

séquito levou D. Jorge (filho bastardo de D. João) tendo-se deslocado a Silves para participar na cerimónia inicial. Quando o régio corpo foi retirado do túmulo, na presença de D. Manuel I, segundo Damião de Gois, o corpo de D. João II *aho presente está ainda inteiro, com barba & cabelos no peito, pernas & braços* (Gois, 1566), foi colocado no ataúde, posteriormente foi coberto de brocado com uma cruz, sendo puxado por cavalos cobertos de tecido negro. O cortejo régio saiu da Sé de Silves, em direção à Batalha, onde tinha sido construído um belíssimo Mosteiro, como celebração da batalha que confirmou o poder da Casa de Avis (Costa, 2005). A esta cerimónia, assistiram altas dignidades eclesiásticas e seculares do reino, tendo real trasladação sido realizada com guarda de honra. A procissão era anunciada por *tochas e os cantores, as trombetas, charamelas, sacabuxas e atambores*. (Buescu, 2011). A procissão foi acompanhada por eclesiásticos, que transportavam tochas acesas, senhores e nobres. O caminho, até à batalha, observou-se todo um ritual, em que se parava em cada localidade e na igreja local se celebrava uma missa na presença do *real defunto*. D. Manuel I, não acompanhou o percurso, unindo-se à procissão, na Igreja de S. Jorge da Vitória da onde seguiram para o Mosteiro da Batalha com alguns dos notáveis do reino. Neste Mosteiro, transformado em Panteão da família foram mandadas celebrar as exéquias solenes, antes, porém, no percurso final, a honra de transportar o ataúde recaiu sobre os grandes senhores do reino.

A informação sobre esta cerimónia, foi-nos transmitida por Garcia Resende² e Damião de Gois, que referem a preocupação de que a cerimónia decorresse de acordo com a tradição – usos e costumes da época, de forma que, o rei D. João II fosse homenageado, enquanto D. Manuel I reforçava a sua posição e legitimidade enquanto o novo monarca, através dos costumes e práticas, com valor histórico e cultural.

O cerimonial, pela utilização dos símbolos, rituais e práticas, que têm raízes profundas no passado histórico de cada povo, se utilizados corretamente são formas de demonstração do poder régio, porque transmitem a imagem que se quer transmitir.

Esta cerimónia, como referimos anteriormente, foi cuidadosamente preparada e sendo primordialmente dedicada a D. João II, serviu as intenções de D. Manuel I, no sentido de legitimação simbólica de poder, consolidando o seu reinado e o seu lugar na história, nacional e internacional.

Esta transladação régia, permitiu a reverência, por parte do povo e dos senhores, a D. João II, causando uma enorme repercussão em todo o reino, reafirmando dignidade real. No entanto, podemos afirmar que a dimensão pública, foi superada pela proclamação da majestade real, que nunca morre, uma vez que o rei era considerado como representante divino, na terra.

² Garcia Resende (1470-1536): Cronista, músico, poeta. Moço de Camara de D. João II, serviu também D. Manuel I, a quem acompanhou na viagem à corte de D. Fernando e D. Isabel de Castela. Integrou a Embaixada que D. Manuel I enviou ao Papa Leão X. Autor da Crónica de D. João II e Miscelânea, entre outras obras.

2.3. Matrimónios

D. Isabel de Aragão e Castela

Em 1497, os Reis Católicos D. Fernando e D. Isabel, aprovam o casamento de D. Manuel I com a sua filha D. Isabel de Aragão e Castela, viúva de D. Afonso, depois de numa primeira fase terem encetado as negociações para que o mesmo fosse com D. Maria. No entanto, D. Manuel sempre considerou o casamento com D. Isabel, uma vez que assim teria uma maior possibilidade de se tornar herdeiro dos reinos da Península Ibérica.

Já os reis católicos consideravam ter D. Manuel I como aliado político, até porque Castela precisava de garantir a parcialidade nas relações entre Portugal e França. O casamento baseou-se numa convenção política e económica, negociada pelos homens de confiança do rei. Essas negociações foram dificultadas pela falta de vontade da princesa viúva, assim como das exigências da noiva, de que todos os mouros e judeus fossem expulsos do reino, antes da realização do matrimónio. O contrato nupcial foi assinado em 1496, com a premissa de que D. Isabel seria entregue ao rei de Portugal no ano seguinte. Segundo Damião de Gois, D. Manuel I, recebeu a confirmação de seu casamento por carta de *D. Joam Emanuel há certeza do seu casamento, no qual a princesa donna Isabel só cosentio com muita dificuldade, dizendo que sua tenção era mais de ser religiosa que casada* (Gois, 1566).

Cumpridas as várias exigências da noiva, batizados os judeus, agora cristãos-novos. D. Manuel I, deslocou-se a Valença de Alcântara, onde foram realizados o casamento e a boda, na presença apenas da rainha D. Isabel, uma vez que D. Fernando se encontrava ausente e junto do príncipe D. João, em Salamanca, que se encontrava doente. Este casamento, segundo as crónicas, viveu-se num ambiente de tensão, uma vez que o príncipe piorava e também pelas negociações prévias a este matrimónio.

A morte do príncipe foi apenas divulgada após as celebrações, *enconbrindo todos ha tristeza que tinham pela morte do principe Dom Joam seu senhor, ho melhor que poderam, no que se teve tanto resguardo, que nunca há rainha dona Isabel, irmã do principe ho soube senam dali a muitos dias* (Gois, 1566) já D. Manuel e a sua esposa, partido de regresso ao reino. Como era tradição, à chegada do rei e da nova rainha foi organizada a sua entrada na cidade, com uma festa restrita devido à morte do príncipe de Castela, de que D. Manuel informou a sua esposa e agora rainha D. Isabel. Num sinal de respeito, pela rainha e pela morte do seu cunhado, o rei e toda a corte demonstraram estima e sendo realizadas cerimónias religiosas.

D. Maria de Aragão e Castela

Após a morte de D. Isabel, D. Manuel I envia novamente D. João Manuel seu camareiro-mor para encetar negociações com os reis de Castela, para novo matrimónio desta vez com D. Maria. Estas negociações não tiveram a mesma dificuldade das anteriores, uma vez que havia o desejo de ambos os reinos em que o mesmo acontecesse. Em setembro de 1500, D. Maria

parte de Granada, tendo permanecido com os seus pais em Santa Fé. Em outubro do mesmo ano é recebida em Moura, por D. Jaime, duque de Bragança acompanhado por D. Álvaro de Portugal e por vários bispos e cavaleiros. Em Alcácer do Sal, D. Manuel I aguarda a chegada da futura rainha, para que possam validar o casamento. Partem, depois os reis para Lisboa, onde se realizam novas festividades, sendo transportados da Ribeira para a Sé. A última paragem será o Palácio de Alcova, nos aposentos reais. D. Maria tornou-se mãe dos seus numerosos descendentes. É um período da sua vida que podemos considerar muito feliz. Há alguns historiadores que a consideram uma boa companheira cuja influência se estendeu não só à esfera privada, mas também à política interna e externa.

D. Leonor de Áustria

Após a morte de D. Maria e do período de recolhimento, D. Manuel que preparava inicialmente, dois casamentos com a Casa da Áustria, concretamente, o do príncipe herdeiro de Portugal, o futuro D. João III, com Leonor e o da sua filha mais velha, D. Isabel, com Carlos, faz uma alteração política e estratégica. Encarrega D. Álvaro da Costa, seu embaixador, de negociar o seu casamento com D. Leonor, que será aceite em maio de 1518. Esta decisão causou desconforto na corte, *As novas deste casamento chegará a el rei estando em Lisboa, co que elle mui allegre, mas ho principe & alguns senhores, & fidalgos do Regno ho tomaram mal, ho que el Rei entendendo madou chamar hos que se entam acharão na corte, & lhes fez hua alla em que deu razões de que todos ficaram satisfeitos* (Gois, 1566). Este encontro termina com o ritual de beijo na mão. O contrato de casamento foi assinado em Saragoça, no dia 22 de maio, e confirmado por D. Manuel a 2 de junho. D. Leonor chega ao Crato onde é recebida pelo Rei e Príncipe D. João. A comitiva chegou, dias depois, a Almeirim, dando continuidade aos festejos. D. Manuel e a corte vestidos à moda flamenca, em homenagem a D. Leonor. Foi um casamento curto, pois o rei morreu três anos depois.

2.4. Embaixadas

Todos os contactos diplomáticos tiveram grande importância. Nesta obra falo de uma, que é a Embaixada que D. Manuel enviou a Roma, com o objetivo de demonstrar obediência ao Papa Leão X.

A embaixada de D. Manuel imponha com luxo, os ricos trajes com pedras precisas. A procissão ficou maravilhada com os seus traços exóticos.

A procissão teve início "às duas horas da tarde do dia 12 de Março de 1514", era composta por muita gente, liderada por Tristão da Cunha, tendo como conselheiros Diogo de Pacheco e João de Faria e como secretário Garcia de Resende. Os presentes enviados foram magníficas pedras, tecidos e jóias, um cavalo persa, um jaguar caçador e um elefante.

Esta embaixada tinha como objectivo reiterar a obediência do soberano português ao Papa Leão.

2.5. Entradas nas Cidades

Neste período, tão rico na história de Portugal, as entradas nas cidades eram cerimónias de enorme importância política e social. Representavam a autoridade do rei, consolidando a sua imagem régia perante o povo e os senhores locais. As cidades, como centros de poder económico, eram vitais para a corte, para que os seus senhores pudessem demonstrar a sua obediência ao rei. Na verdade, foram eventos cuja organização esteve a cargo de entidades locais. Serviam também para que as cidades passassem por obras de manutenção e limpeza, de forma a estarem prontas para a passagem do tribunal. Estas cerimónias permitiram apresentar uma mistura de tradições locais e novas influências. Nestas cerimónias, para além da pompa associada aos rituais e discursos meritórios, havia também a possibilidade de apreciar os símbolos reais - estandarte, coroa e outras joias, tecidos e outros bens que agora faziam parte do dia a dia da corte, devido aos benefícios da expansão marítima. As entradas das cidades serviam ainda para que o rei fosse visto pelo seu povo, como responsável por ele e representante do poder divino na terra. Segundo as Crónicas de Damião de Góis, a entrada nas cidades não foi apenas um acto de celebração do poder real, mas também um instrumento de comunicação e de consolidação da imagem de D. Manuel como rei legítimo.

3. CONCLUSION

A corte de D. Manuel I, tal como a descreve Damião de Gois, destaca-se como um espaço onde o cerimonial é fundamental para a legitimação do poder real. Através de elaborados rituais e celebrações, o cerimonial não só glorificava a figura do rei, como também reforçava a hierarquia social e os vínculos de lealdade entre os nobres e a coroa.

Damião de Gois, com as suas observações precisas, ilustra como esses rituais eram cuidadosamente orquestrados para impressionar o povo e outros nobres, projetando uma imagem de grandeza e autoridade que consolidou a posição de D. Manuel I.

Assim, o cerimonial na sua corte funcionou como um poderoso instrumento para legitimar o poder real, não apenas perante os seus súbditos, mas também num contexto internacional, fortalecendo a soberania e a influência de Portugal durante um período crucial da sua história.

4. BIBLIOGRAFÍA

Alves, A. M. (1985). *Iconologia do poder real no período manuelino - à procura de uma linguagem perdida*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Alves, A. M. (1986). *As entradas Régias Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Benevides, F. d. (1878). *Rainhas de Portugal - Estudo Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Braga, P. D. (2021). *D. Manuel I - Venturas e desventuras de um rei de Portugal*. Clube do Colecionador dos Correios.
- Braga, P. D., & Braga, I. M. (2014). As duas mortes de D. Manuel I: O rei e o homem. *Penélope: revista de história e ciências sociais*(14), pp. 11-22.
- Buescu, A. I. (2010). Festas régias e comunicação política no Portugal moderno. *Comunicação e Cultura*(10), pp. 35-55. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.14/10482>
- Costa, J. P. (2005). *D. Manuel I - 1469-1521- Um Príncipe do Renascimento*. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo dos Leitores.
- Costa, J. P. (2021). Os 500 anos da morte de D. Manuel I (13 de dezembro de 1521) e a subida ao trono de D. João III. Lisboa. Obtido em 2023, de <https://www.youtube.com/watch?v=omlsB43da7Y&t=2792s>
- Gois, D. d. (1554). *Descrição da Cidade de Lisboa* (2001 ed.). (J. d. Alves, Trad.) Lisboa: Livros Horizonte.
- Gois, D. d. (1566). *Chronica do Felicissimo rei Dom Emanuel*. Lisboa: em casa de Francisco Correa, impressor do serenissimo Cardeal Infante.
- Serrão, J. V. (1972). *A Historiografia Portuguesa - Doutrina e Crítica* (Vol. I). Editorial Verbo.
- Serrão, J. V. (1978). *História de Portugal - O Século de Ouro (1495-1580)* (Vol. III). Lisboa: Editorial Verbo.
- Sousa, M. d. (2021). *Reis e Rainhas de Portugal*. (S. -S. Lda, Ed.) Obtido em 2023



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 3.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/)

